

ARQUIVOS PARA A HISTÓRIA REGIONAL DO ESPORTE

ARCHIVES FOR THE REGIONAL HISTORY OF SPORTS

CLEBER AUGUSTO DIAS | Doutor em Educação Física (Unicamp) e mestre em História Comparada (UFRJ). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RESUMO

Tomando como exemplo uma pesquisa sobre a história do esporte em Goiás, no Centro-Oeste do Brasil, este artigo analisa alguns dos principais desafios documentais que podem afetar o trabalho de pesquisa sobre a história regional do esporte. Mais especificamente, o artigo trata das dificuldades para se localizar e acessar vestígios do passado esportivo de regiões fora das maiores cidades do país.

Palavras-chave: história do esporte; história regional; história do Brasil; Goiás.

ABSTRACT

Taking as an example a research project about the history of sports in Goiás, in the Midwest of Brazil, this article examines some of the main documentary challenges that may affect research on the regional history of sport. More specifically, the paper addresses difficulties related to locating and accessing traces of the sporting past of regions outside of the major cities of the country.

Keywords: history of sport; regional history; history of Brazil; Goiás.

RESUMEN

Tomando como ejemplo una investigación sobre la historia del deporte en Goiás, en la región central de Brasil, este artículo examina algunos de los principales desafíos documentales que puedan afectar el trabajo de investigación sobre la historia regional del deporte. Más específicamente, el artículo aborda las dificultades para localizarse y acceder vestigios del pasado deportivo de regiones fuera de las mayores ciudades del país.

Palabras clave: historia del deporte; historia regional; historia del Brasil; Goiás.

INTRODUÇÃO

Há duas ou três décadas, pelo menos, tem sido notável e crescente o desenvolvimento de uma historiografia especializada em esportes (cf. Booth, 2005). No Brasil, especificamente, um processo semelhante também tem se registrado nos últimos anos. Acompanhando o desenvolvimento de uma literatura acadêmica dedicada aos esportes, em geral, estudos históricos sobre o assunto, em especial, têm se multiplicado também no Brasil (Melo, Fortes, 2011).

Em que pesem os avanços desse cenário, muitas lacunas ainda saltam aos olhos. Os próprios avanços promovidos por esse auspicioso desenvolvimento têm permitido chamar a atenção para alguns limites da produção historiográfica sobre o esporte. Pesquisas monográficas sobre a história do esporte deixam entrever ausências significativas. As mulheres, por exemplo, ainda constituem um grupo consideravelmente sub-representado nessa historiografia (Goelner, 2013). O envolvimento histórico de outras minorias étnicas com os esportes, do mesmo modo, tais como indígenas ou outras populações tradicionais, também tem sido alvo de poucos esforços investigativos (Torres, 2009). Outro notável exemplo são as regiões afastadas dos principais centros políticos e econômicos do país, que recebem pouca ou às vezes nenhuma atenção dos historiadores do esporte. O desenvolvimento histórico dos esportes em cidades que não as capitais, mais especificamente, tem sido quase absolutamente desprezado por esses especialistas (Dias, 2013a).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar alguns dos desafios documentais que podem afetar o trabalho de pesquisa de historiadores interessados em desenvolver investigações sobre a história regional do esporte. Mais especificamente, partindo da minha própria experiência numa pesquisa sobre a história do esporte em Goiás, tratarei aqui de algumas das principais dificuldades para se localizar e acessar vestígios do passado esportivo de regiões fora das maiores cidades do país. Em verdade, são particularmente graves os obstáculos desse tipo, pois se a manutenção de arquivos brasileiros importantes é geralmente precaríssima, pode-se deduzir a natureza de dificuldades colocadas para o estudo histórico de cidades fora das capitais ou das principais regiões metropolitanas, o que pode ser ainda pior em se tratando da história do esporte – muitas vezes menosprezada como instância legítima de memória social.

Todavia, o estudo histórico dos esportes em regiões pouco consideradas na literatura especializada, além de mais uma forma de ampliação dos horizontes cognoscíveis do passado, pode também oferecer indícios sobre transformações sociais mais gerais. Muitas vezes, o desenvolvimento histórico regional de práticas esportivas foi também um elemento importante para a edificação de identidades – o que torna o processo potencialmente mais relevante para contextos e situações marginalizadas ou em posição de subalternidade. Conforme dizia Le Goff (2003), a ausência de um passado conhecido e reconhecido pode ser fonte de problemas de identidade. Nesse sentido, clubes, associações ou outros tipos de entidades esportivas são também lugares de memória; portanto espaços potenciais para construção de identidades. São bastante reveladoras, assim, as associações discursivas entre

a capacidade esportiva de determinados grupos ou regiões, com seus desenvolvimentos materiais ou simbólicos (como exemplo, ver Santos, 2012). Não por acaso, práticas esportivas são mobilizadas para o empoderamento, provisório que seja, de grupos em situação de marginalidade ou subalternidade (Dias, 2011).

DISPERSÃO

A primeira dificuldade com que se deparará o historiador interessado em investigar o esporte nesses contextos que apontamos acima é a dispersão de acervos. Pequenos vestígios do passado esportivo de regiões sertanejas, interioranas, tendem a ser encontrados de maneira fragmentada, dispersa. Em Goiás, por exemplo, acervos do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, do Museu da Imagem do Som de Goiás, do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, do Centro de Documentação da Organização Jaime Câmara, entre outros e por diferentes motivos, guardam interesse para uma pesquisa sobre a história do esporte na região.

Além dessas instituições, todas localizadas em Goiânia, capital do estado, outras instituições localizadas em cidades do interior também guardam interesse para pesquisas nesse sentido: o Museu das Bandeiras, o Arquivo Frei Simão Dorvi, a Biblioteca do Iphan Goiás, ou mais secundariamente a Biblioteca Pública Municipal de Ipameri João Veiga ou a Academia Itaberina de Letras e Artes. Assim, o pesquisador interessado em realizar um inventário exaustivo sobre os vestígios documentais sobre a história do esporte em Goiás precisará de disposição para peregrinar por essas diferentes instituições, em busca de fragmentos desse passado.

A conservação e mesmo a acessibilidade desses acervos também podem não ser adequadas. Sobretudo em pequenas cidades do interior, a manutenção de acervos documentais ou museológicos pode tornar-se difícil, quer pelas suas exigências orçamentárias, quer pela falta de vontade política em fazê-lo. Tudo isso, no fim, compromete as possibilidades de reconstituição histórica do esporte em tais regiões. Até por isso, boa parte do acervo disponível sob este aspecto não apenas localiza-se nas capitais, como diz respeito a essas mesmas cidades.

A própria preservação documental de vestígios da vida social das cidades do interior, dessa maneira, funciona como obstáculo às possibilidades de conhecimento mais detalhado desses contextos. De fato, com raras e honrosas exceções, há uma perceptível ausência de instituições para salvaguarda das memórias locais. Além disso, a centralidade política tradicionalmente exercida pelas capitais, que geralmente é onde se concentra o aparato administrativo do Estado, responsável, em grande medida, pela produção, recepção e arquivamento de documentos e outros vestígios do passado regional, é outro aspecto importante a ser considerado.

Em princípios da década de 1910, Arthur Neiva e Belisário Pena (1999) viajaram por Goiás e calcularam em oito o número de jornais publicados no estado em 1912, dos quais metade eram publicados na capital. Ao longo dos anos posteriores, a situação geral não parece ter

se alterado significativamente. Mesmo quando uma maior quantidade de publicações fosse registrada em mais cidades do interior, a proporção em relação às publicações da capital, regra geral, não se alterou. Assim, o estudo da história do esporte em outras localidades que não a capital torna-se ainda mais difícil. Frequentemente, apenas a leitura cuidadosa de referências a acontecimentos no interior, mas produzidas ou publicadas nas capitais, restarão como recurso disponível.

JORNAIS E DOCUMENTOS OFICIAIS

Uma vez localizadas as principais instituições e acervos com potencial para contribuir na reconstituição do passado perseguido pelo historiador, resta determinar quais séries documentais deverão ser exploradas. No caso da história do esporte, o uso combinado de documentos oficiais e publicações periódicas, os jornais nomeadamente, pode se revelar de grande valia. Destaque-se, particularmente, no que diz respeito aos documentos oficiais, aqueles relativos a instituições educacionais. Parte dos acontecimentos administrativos desenvolvidos nesse contexto releva-se ora em documentações manuscritas, ora nos próprios jornais, que frequentemente publicavam atos oficiais em suas páginas, incluindo aqueles relativos às instituições educacionais. A situação apenas reforça a importância de valer-se simultaneamente de séries documentais distintas, combinando-as criativamente.

Em Goiás, desde os fins do século XIX, testemunham-se iniciativas sistemáticas para reformar a organização do sistema de instrução pública da região. Nesse contexto, considerações sobre a necessidade de uma “instrução física” para os seus estudantes pouco a pouco entraram na ordem do dia.

Todavia, pouco ou quase nada foi feito concretamente nesse sentido. A única exceção foram as aulas de ginástica e natação na Companhia de Aprendizes Militares, entre 1877 e 1890. As Companhias de Aprendizes Militares foram instituições criadas pelo Exército para recrutamento de menores em regiões que não dispunham de Arsenal de Guerra. Na prática, apenas Goiás e Minas Gerais acabaram conhecendo tais instituições.

Apesar de suas atividades de instrução física não dizerem respeito a nada relacionado aos esportes propriamente ditos, esta iniciativa, articulada com outras ações análogas, como a publicação de artigos em periódicos sobre a importância da ginástica e da educação física, parece ter contribuído para a assimilação de ideias ligadas a esse corolário geral, apresentando e valorizando os exercícios físicos como um recurso pedagógico importante. Mais adiante, já no século XX, isto seria um *background* importante para o desenvolvimento de iniciativas mais diretamente ligadas aos esportes em si. Além disso, as atividades da Companhia de Aprendizes Militares acabaram por fornecer para as elites goianas um modelo geral de atuação neste segmento. Assim, quando práticas de esporte ou ginástica se tornaram progressivamente mais disponíveis, e por consequência também mais frequentes na região, grupos comprometidos com tais iniciativas teriam já à sua disposição uma espécie de matriz discursiva por meio da qual poderiam organizar estruturas retóricas e esquemas de ação. O papel da Companhia de Aprendizes Militares foi decisivo nesse sentido (Dias, no prelo).

Através da documentação depositada, sobretudo no Museu das Bandeiras, podemos conhecer um pouco mais detalhadamente o funcionamento das atividades da Companhia de Aprendizes Militares. Funcionando em uma propriedade alugada, cuja construção ocupava uma área de 120 metros de frente e 110 metros de fundo, as casas ali instaladas eram grandes e arejadas, “forradas e calçadas de tijolos”. Apesar disso, tratava-se de construções antigas, com paredes finas e cobertas de taipa, cujo madeiramento, dizia-se, “não está bem conservado” (Dias, no prelo).

Na maior parte do tempo em que esteve em funcionamento, a Companhia de Aprendizes Militares teve vagas ociosas, chegando, em alguns períodos, a contar apenas 50% de sua capacidade máxima. Por outro lado, relatórios dos ministros dos Negócios da Guerra registraram quase sempre resultados satisfatórios.

Quanto às aulas de ginástica propriamente ditas, estas deveriam se constituir por movimentos de equilíbrio e exercícios ginásticos acomodados à idade e compleição física dos alunos, tidos como “próprios para desenvolverem-lhes as forças e agilidade”, conforme prescreviam seus regulamentos (Brasil, 1876, p. 949). Tratava-se, em última instância, de uma abordagem em conformidade aos princípios que presidiam outras iniciativas nesse âmbito, de modo mais ou menos consensual. Nessa época, oficiais do Exército, bem como outros segmentos, já reconheciam a importância de um adequado treinamento físico para a formação dos soldados.

Já no século seguinte, a partir dos meados da década de 1910, ambições relativas à inclusão de atividades físicas ou de ensino da ginástica em instituições educacionais ganharam maior materialidade e abrangência, com a inclusão de aulas de instrução física militar ou ginástica escolar nos estabelecimentos goianos de ensino.

Ações como essas, desencadeadas no âmbito das escolas, concorreram em larga medida para a progressiva apresentação e disseminação cotidiana da prática de diferentes tipos de exercícios físicos, logo incluindo os esportes. Nesse sentido, preocupações com a educação, que diriam respeito também à educação física, funcionaram como um importante elemento a favorecer o entusiasmo diante desse tipo de prática. Muitas vezes escolas funcionaram como espaço privilegiado para apresentação de práticas esportivas para jovens da elite de Goiás. Ao longo da década de 1910, crianças e jovens de cidades como Itaberaí, Itumbiara, Catalão e Morrinhos, deslocavam-se para Uberaba a fim de estudar no Ginásio Diocesano daquela cidade, onde propagandas já destacavam, além da “educação esmerada”, da “pensão módica” ou da “situação excepcional para comunicações e viagens”, também os “grandes pátios de recreio e vastíssimo campo de esportes para jogos escolares” (Dias, 2013b, p. 38). Por isso, a documentação relativa a essas instituições apresenta-se como uma fonte importante para a reconstituição da história do esporte na região. Uma série relativamente abundante de leis, decretos e regulamentos testemunha parte do processo de desenvolvimento dos esportes em Goiás (Dias, 2014).

De acordo com o regulamento do alistamento militar obrigatório de 1908, que fixava a obrigatoriedade de aulas de instrução militar, já prevendo em seus conteúdos exercícios de evoluções militares, todos os responsáveis por tais instruções deveriam registrar num livro

rubricado pelo diretor do estabelecimento de ensino, todas as ocorrências, bem como o nome dos alunos que faltaram (Brasil, 1908). Orientações do Ministério de Justiça e Negócios Interiores também reiteravam tais diretrizes (Passos, 1986). Mais tarde, o regulamento de instrução física (decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921) apresentara indicações precisas para o modo de execução dessas aulas, detalhando, inclusive, quais exercícios realizar, bem como quando e como fazê-los. Prescreviam-se, nesse caso, além dos “exercícios naturais”, jogos que tornassem a instrução “mais simples e atraente”. Segundo este regulamento, “jamais se deverá esquecer, com efeito, que a instrução física, como a saúde que dela decorre, reclamam expansão e alegria. Toda monotonia provoca aborrecimento, isto é, fadiga nervosa, destruidora do moral e mais grave que a fadiga física” (Brasil, 1921).

Graças a esses ordenamentos legais, em que pese sua relativa demora em começar a ser efetivamente cumprido em Goiás, temos registros detalhados das atividades desenvolvidas ali. Segundo o livro de registros das atividades de instrução militar, arquivado no Museu das Bandeiras, em 1918, houve 37 aulas desse tipo no Lyceu de Goiás. Dois anos depois, em 1920, esse número atingiria a proporção de dez aulas por mês, denotando certo crescimento do espaço dedicado a essas práticas. Em 1924, aulas de instrução militar registravam-se já quase diariamente. Nessa época, o inspetor fiscal do Lyceu, responsável por observar as condições de higiene, construção e asseio do edifício, também registrou elementos dessas atividades em alguns de seus relatórios. Segundo esses documentos, aulas de instrução militar eram as que tinham maior frequência nos momentos de suas visitas: 53 alunos (Dias, 2014).

Uma instrução física militar completa, em conformidade ao regulamento de instrução física de 1921 (decreto n. 14.784) e de acordo com registros de Manuel dos Santos, instrutor militar do Lyceu em 1922, também arquivados no Museu das Bandeiras, compreendia uma seção preparatória, uma seção propriamente dita, volta à calma e evoluções. No que diz respeito à parte propriamente física da instrução, esgrima e três modalidades de ginástica (aplicada, com e sem armas) eram os principais conteúdos (Dias, 2014).

Embora a ênfase estivesse claramente sobre as atividades de ginásticas, os esportes também logo seriam assimilados como conteúdo possível dessas instruções militares. Além da orientação favorável aos jogos, já previstas no regulamento de instrução militar de 1921, eventos organizados por unidades militares da região frequentemente incluíam atividades esportivas. Futebol, corridas de resistência, de velocidade ou provas de saltos (com vara, em altura e em distância) eram algumas das atividades realizadas (Dias, 2014).

Paralelamente, já sem vínculos diretos com ações militares, outras iniciativas para inclusão de aulas de ginástica e outros tipos de exercícios físicos em escolas goianas teriam lugar na região a partir dessa mesma época. Paulatinamente, os esportes começariam também a integrar essas ações.

A partir da segunda metade da década de 1910, iniciar-se-ia uma série de reformas no ordenamento jurídico do ensino em Goiás, com implicações para o lugar do esporte e dos exercícios físicos, em geral, no interior dessas instituições. No ensino secundário, alterações no regulamento do Lyceu, em 1916, única escola secundária do estado até 1929, incluíam,

entre outras mudanças, aulas de ginástica para todos os quatro anos daquele estabelecimento de ensino, bem como a designação de um professor para ministrá-las. Doravante, a ginástica apareceria de forma consolidada como prática pedagógica regular do Lyceu. Em 1922, aulas de ginástica eram praticadas três vezes por semana, em sessões de 50 minutos, para as turmas do primeiro ao terceiro ano. Já no ano seguinte, em 1923, essas atividades se estenderiam também às turmas do quarto ano (Dias, 2014).

No ensino primário, mais ou menos na mesma época, notavam-se também esforços de reorganização desse nível de ensino. Em 1915, aviso do secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas fixava novos horários para o funcionamento das instituições de ensino primário em Goiás, além de determinar preenchimento do período de intervalo do almoço com atividades de recreio, o que era uma inovação. Nesse momento, os professores deveriam entreter os alunos com jogos ou brinquedos apropriados à idade e ao sexo. No ano seguinte, aprofundando o processo, uma lei que reorganizava a instrução primária de Goiás, entre outras providências, incluía música, canto, ginástica e exercícios militares no currículo dessas instituições. Foi a primeira vez que o ensino da ginástica aparece numa proposta curricular para o ensino primário de Goiás (Dias, 2014).

A partir daí, exercícios físicos estariam permanentemente presentes nos programas das escolas primárias goianas. Mais especificamente, a nova organização legal desse nível de ensino fixava exercícios gerais de ginástica militar e de canto para o sexo masculino, e ginástica orgânica e de cantos para o sexo feminino. Além disso, a ginástica também deveria fazer parte dos programas das festas em comemoração à bandeira, ao aniversário da fundação do grupo escolar, ao aniversário da cidade onde funcionava o grupo, ao início e encerramento dos trabalhos letivos, bem como à distribuição dos certificados, ao lado de atividades de poesia, cantos e hinos escolares (Dias, 2014).

Alguns outros regulamentos de meados da década de 1920 prescreviam ginástica respiratória, marchas, evoluções, danças cadenciadas, movimentos metódicos e ordenados em forma, além de corridas com arcos, de velocidade e resistência. Além disso, parte dos programas de algumas escolas já prescrevia também “jogos ao ar livre”, bem como vôlei e basquete. Os esportes, portanto, pouco a pouco inseriam-se nos programas escolares. Em 1922, por exemplo, por ocasião das comemorações pelo Centenário da Independência, realizou-se um evento comemorativo na capital goiana, que contou, entre outras coisas, com atividades esportivas. Manuel dos Santos, responsável pela instrução militar no Lyceu à época, organizou a demonstração de manejo de armas e os chamados “jogos atléticos” (Dias, 2014).

Entre o final da década de 1920 e princípios da década de 1930, os esportes parecem já um conteúdo de ensino bastante privilegiado em algumas poucas escolas de Goiás. Até o Regulamento do jardim de infância de 1928, disponível no acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, já prescrevia “exercícios físicos”, “marchas”, “saltos” e “corridas” (Regulamento..., 1928).

Em outras esferas e âmbitos, os documentos oficiais nem sempre revelarão muito sobre a dinâmica esportiva, pois a organização inicial dessas atividades muitas vezes desenvolvia-se fora de quaisquer estruturas administrativas do estado, por vezes prescindindo mesmo

de quaisquer tipos de instituição formal. Nesses casos, os jornais se apresentam como fontes privilegiadas, às vezes únicas, para a reconstituição histórica dessas práticas.

Não é fortuito que esportes e imprensa tenham desenvolvido uma relação tão estreita, retroalimentando-se tão frequentemente. Ambas as instâncias, do esporte e da imprensa, de certo modo materializavam transformações estruturais e estruturantes que se processavam na sociedade da época. Ambos representavam símbolos de modernidade.

Em Goiás, através da imprensa local, sabemos que já a partir de 1909 havia iniciativas para organização dos primeiros clubes de futebol na capital do estado, além de corridas de cavalo, mas que não parecem ter uma organização claramente esportiva, isto é, com prêmios, apostas e toda a sociabilidade que costumeiramente acompanhava o turfe. Com relação ao futebol, todavia, jornais da época registravam mesmo uma “animação da vida esportiva”.

Até o fim da década de 1910, além da capital, a organização de times e a realização de partidas também foram registradas pela imprensa em Anápolis, Pirenópolis e Catalão. Até o fim da década de 1920, sempre a julgar pelos registros efetuados pela imprensa local, intensificou-se a disseminação do jogo, com partidas de futebol sendo noticiadas em Natividade, Porto Nacional, Jaraguá, Pires do Rio, Leopoldo de Bulhões, Itumbiara, Santa Rita, Bonfim, Bela Vista, Rio Verde, Rio Bonito e até na Ilha do Bananal (Dias, 2013b).

Na década de 1930, duas transformações simultâneas afetariam toda essa dinâmica. De um lado, transformações no modo de registro da imprensa a aproximariam cada vez mais da vida cotidiana, da sociabilidade pública, em suma; espaço social onde se desenvolviam privilegiadamente os esportes. De outro lado, os esportes popularizavam-se flagrantemente. A articulação disso tudo numa espécie de encontro duplamente significativo, fez com que a imprensa amplificasse o alcance do esporte, ao mesmo tempo em que o esporte amplificava o alcance da imprensa.

Já em 1930, precisamente, marcando a nova dinâmica de sociabilidade pública, uma associação esportiva seria criada em Goiás (Dias, 2013b). Sintomaticamente, alguns periódicos da imprensa local funcionaram como veículos privilegiados na divulgação e promoção da associação e suas atividades, divulgando calendário de eventos, notas sobre os acontecimentos protagonizados pela associação e até divergências entre alguns de seus membros e outros grupos que eventualmente rivalizassem com eles. O mesmo acontecia com relação aos clubes, em verdade, os principais agentes mobilizadores e organizadores do cenário esportivo em Goiás nessa época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos cresceu o número de iniciativas para investigar a história do esporte em contextos regionais específicos, distantes ou às vezes totalmente afastados dos grandes centros metropolitanos. O processo é recente, com exemplos em números ainda reduzidos. De todo modo, são investigações com potencial de iluminar mais e melhor parte da complexidade da diversidade e da circulação de discursos e práticas esportivas em diferentes locais do país. São pesquisas sobre a história do esporte em capitais do Sudeste ou do Nordeste

pouco consideradas na historiografia sobre o assunto, ou sobre o esporte em cidades do interior, sobretudo de Minas Gerais e Rio Grande do Sul (ver Caleiro; Souza Neto; Silva, 2012; Cunha Junior, 2011; Kilpp; Assmann; Mazo, 2012; Lima et. al., 2009; Rocha Junior, 2011; Pardo; Rigo, 2004; Soares, 2011; Soares; Mororo, 2011).

Articulações interpretativas mais gerais a respeito desses casos, porém, ainda esbarram no número relativamente pequeno de trabalhos sobre tais situações, bem como na falta de integração comparativa entre esses trabalhos. Além disso, questões propriamente teóricas e dificuldades documentais também concorrem para a situação. Sobre este último aspecto, com o qual este artigo se ocupou, a forma com que meu estudo sobre a história do esporte em Goiás tentou contornar algumas dessas limitações talvez possa ser aplicada no estudo de outras regiões. De acordo com a disponibilidade dos acervos, pesquisas sobre as documentações de instituições escolares ou militares, por exemplo, podem jogar alguma luz sobre o assunto em situações em que outras séries documentais não estejam disponíveis.

Referências bibliográficas

- BOOTH, Douglas. *The field: truth and fiction in sport history*. New York: Routledge, 2005.
- BRASIL. *Coleção de leis do Império*, v. 2, pt. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.
- BRASIL. Decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14784-27-abril-1921-511224-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- BRASIL. Decreto n. 6.947, de 8 de maio de 1908. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6947-8-maio-1908-511501-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- CALEIRO, R. C. L.; SOUZA NETO, G. J. de; SILVA, L. P. da. *O foot-ball no sertão mineiro: a história do sport bretão nos Claros Montes das Geraes*. Montes Claros: Unimontes, 2012.
- CUNHA JUNIOR, C. F. F. da (org.) *Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.
- DIAS, Cleber. Momentos iniciais da educação física em Goiás. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 95-111, jan./mar. 2014.
- _____. Esporte e cidade: balanços e perspectivas. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 34, p. 33-44, jun. 2013a.
- _____. Primórdios do futebol em Goiás. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 18, n. 1, p. 31-61, 2013b.
- _____. Esporte, lazer e culturas tradicionais. In: SILVA, Ana Márcia; FALCÃO, José Luiz C.; TUCUNDUVA, Tatiana (org.). *Práticas corporais em comunidades quilombolas de Goiás*. Goiânia: Ed. da PUC/GO, 2011. p. 93-117.
- _____. História das ginásticas em Goiás. *Varia História*, Belo Horizonte, no prelo.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 34, p. 45-52, jun. 2013.

KILPP, Cecília Elisa; ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. O "abrasileiramento" das associações esportivas de Teutônia/Estrela no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 77-85, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 3 jan. 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Alex W. et al. As ligas esportivas de São João del Rei (1930-1955): a busca pela afirmação do futebol local. *Recorde*, Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-10, dez. 2009. Disponível em: <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV2N2_2009_13.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2014.

MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. Sports History in Brazil: An Overview and Perspectives. *Sport History Review*, v. 42, p. 102-116, 2011.

NEIVA, Arthur; PENA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília: Senado Federal, 1999.

PARDO, E. R.; RIGO, L. C. Memórias esportivas: uma história da subjetividade urbana. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 21-37, jan. 2004.

PASSOS, L. S. *Goiás de ontem: memórias militares e políticas*. Goiânia: Norton de Camargo Passos, 1986.

REGULAMENTO e programa do jardim da infância. Goiás: Oficina do Correio Oficial, 1928.

ROCHA JUNIOR, C. P. *Esporte e modernidade: uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX*. 2011. Tese (Doutorado em História Comparada), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Henrique Sena dos. Nos gramados do Sul: a seleção baiana de futebol e o torneio do Centenário da Independência em 1922. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 17, n. 2, p. 469-504, 2012.

SOARES, P. G. História, educação, lazer e práticas corporais em Juiz de Fora: o olhar do jornal *O Pharol* (1880-1915). *Temporalidades*, v. 3, p. 373-387, 2011.

SOARES, P. G.; MORORO, A. C. Futebol e práticas corporais no final do século XIX e início do XX em Juiz de Fora/MG. *Recorde*, Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-17, 2011. Disponível em: <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV4N2_2011_17.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2014.

TORRES, Cesar. *South America*. In: POPE, Steven W.; NAURIGHT, John (ed.). *Routledge companion to sports history*. New York: Routledge, 2009. p. 553-569.

Recebido em 22/5/2014

Aprovado em 4/6/2014